

PEDAGOGIAS EMANCIPATÓRIAS E AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO

Glaciléia Assunção Oliveira¹; Betania Oliveira Barroso²

¹Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Imperatriz, Maranhão. E-mail: glacileia.assuncao@discente.ufma.br

²Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Imperatriz, Maranhão. E-mail: betania.barroso@ufma.br

Introdução:

A educação brasileira tem sido historicamente atravessada por desigualdades étnicas, raciais e sociais, que invisibilizaram os saberes e práticas dos povos indígenas, negros e de outros grupos populares. No entanto, esses sujeitos segregados têm construído pedagogias próprias de ensinar e aprender que afirmam suas identidades étnicas e resistem às lógicas de invisibilidades impostas pelo sistema colonial e pela lógica eurocêntrica do conhecimento, a partir das lutas coletivas, fortalecendo, assim, sua consciência crítica diante dos processos de inferiorização e opressão.

Nessa perspectiva, o presente estudo parte da seguinte questão: de que forma as pedagogias construídas por grupos historicamente subalternizados, enquanto práticas de resistência e afirmação identitária, podem contribuir para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação?

Nesse sentido, essa reflexão se torna pertinente em dar visibilidade aos sujeitos historicamente segregados e às suas lutas por reconhecimento e dignidade, contribuindo para o processo de repolitização da educação e com os rompimentos de lógicas de subalternização e dominação, deixando nítida a importância do reconhecimento da afirmação étnica e racial para o fortalecimento das práticas educativas críticas, antirracistas e transformadoras.

Além disso, tal debate se insere no campo da educação antirracista, ao exigir um posicionamento ativo da escola, uma vez que “trabalhar com a cultura negra na educação implica a construção de práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, um rompimento com a “naturalização” das diferenças étnico-raciais.” (Gomes, 2002, p. 77).

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar criticamente essas pedagogias como práticas educativas e políticas, evidenciando suas contribuições para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de práticas educacionais mais justas e inclusivas.

Metodologia:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida a partir do levantamento e análise de produções teóricas já publicadas, como livros e artigos científicos (Fonseca, 2002).

De acordo com Triviños (1987), a abordagem qualitativa privilegia a compreensão de significados, valores e relações sociais, possibilitando analisar tanto os aspectos imediatos quanto as determinações estruturais dos fenômenos investigados. Nessa perspectiva, o pesquisador assume papel central na interpretação e na construção do conhecimento.

Além disso, conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, crenças e valores, permitindo uma compreensão aprofundada das relações sociais. A análise dos dados foi realizada de forma crítica e dialógica, articulando os referenciais teóricos à problemática proposta.

Resultado e discussão:

Com base nas contribuições dos autores estudados, observou-se que a tomada de consciência crítica foi fator preponderante para que esses “outros sujeitos”, comessem a despertar pela busca de seus direitos como “sujeitos de direitos”, afirmando, assim, pedagogias de libertação. Entretanto, identificou-se que as pedagogias de resistência foram, também, práticas de afirmação identitária e política, e são nos movimentos sociais que esses sujeitos aprendem a resistir baseados na solidariedade, coletividade e luta por direitos.

À luz de Freire (1987), observa-se que a conscientização crítica desempenha papel fundamental nesse processo, sendo a partir das vivências da opressão que esses outros sujeitos constroem saberes e aprendizados do mundo e dos padrões de dominação que os oprimem, passando, assim, a reagir, diante da situação para transformar a sua realidade, deixando de ser meros objetos da história para a transitividade de sujeitos políticos.

Arroyo (2017) contribui ao destacar que a valorização das resistências populares é a maneira mais educativa de enfrentar a segregação, bem como, a partir das lutas sociais e da emergência de novos movimentos sejam eles: negro, indígena, camponês, feminista e quilombola. Sobretudo, é necessário haver o surgimento das presenças afirmativas, isto é, sujeitos que passam a se reconhecer e a exigir reconhecimento.

É preciso reconhecer a presença de “pedagogias vivas”, que educam o Estado, a sociedade e a própria escola ao reivindicar espaço, memória e dignidade. Nessa perspectiva, ao afirmar as presenças afirmativas dos diferentes, esses sujeitos reeducam a sociedade e o Estado.

transformando diferença em potência pedagógica e identitária. Nesse contexto, de acordo com Almeida:

racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (Almeida, 2019, p.22).

Evidencia-se que a superação efetiva das desigualdades requer, portanto, que as políticas de igualdade reconheçam a radicalidade política das diferenças e desconstruam o imaginário estruturante que vem desde o Brasil colônia e que mantém a segregação. Além disso, deve-se elaborar políticas e pedagogias mais igualitárias e humanizadoras.

Assim, a análise aponta que a superação das desigualdades étnico-raciais exige a valorização dos saberes historicamente marginalizados, bem como a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, a diversidade e a transformação das estruturas excludentes.

Conclusões:

Conclui-se que as pedagogias emancipatórias, compreendidas como práticas educativas construídas a partir de experiências coletivas de resistência e luta dos grupos historicamente subalternizados, em processos de luta por libertação, contribuem, assim, para a afirmação das identidades étnico-raciais e para a superação das desigualdades na educação. Evidencia-se que a valorização dos saberes produzidos por esses grupos historicamente subalternizados fortalece práticas educativas críticas e democráticas.

Desse modo, torna-se essencial reconhecer os saberes dos outros sujeitos, afirmando assim suas identidades étnicas e raciais, passo fundamental para a democratização da educação. Assim, aponta-se a necessidade de uma educação decolonial, que não apenas inclua os sujeitos historicamente excluídos, mas reconheça sua centralidade na produção de conhecimento e na transformação social.

Palavras-Chave: Educação antirracista; Desigualdade racial; Justiça social; Movimentos sociais; Práticas pedagógicas.



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOMES, Nilma Lino (2002). **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

XVI
FRPEDI